



DECISÃO DE RECURSO

Recurso ao DREI nº 14021.130097/2022-64

Processo JUCESC nº 22/336437-1

Recorrentes: Júlio Ramos Luz, Simone Wenning, Roger Wenning, Marcus Rogério Araújo Samoel, Diórgenes Valério Jorge, Michele Pacheco da Rosa Sandor, Anderson Lutchtenberg e Paulo Roberto Worm.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

I. Leiloeiro Público. Denúncia de atuação conjunta por grupo de Leiloeiros Públicos Oficiais. Sociedade de fato. Não observância.

II. Recurso conhecido e provido.

RELATÓRIO

1. Trata-se de Recurso ao DREI interposto pelos Leiloeiros Públicos Oficiais Júlio Ramos Luz (AARC 162); Simone Wenning (AARC 276); Roger Wenning (AARC 340); Marcus Rogério Araújo Samoe (AARC 335); Diórgenes Valério Jorge (AARC 332); Michele Pacheco da Rosa Sandor (AARC 358); Anderson Luchtenberg (AARC 313) e Paulo Roberto Worm (AARC 333) contra decisão do Plenário de Vogais da JUCESC, que deliberou pela procedência da denúncia feita pelo Setor de Fiscalização de Leiloeiro Público da JUCESC, aplicando a penalidade de destituição, em razão da tipicidade da conduta dos leiloeiros constatarem irregularidades como o recadastramento, exercício de comércio e/ou participavam em sociedade, bem como, que todos atuam de forma conjunta na formação de sociedade de fato.

2. O processo administrativo em comento originou-se a partir do procedimento administrativo de fiscalização de leiloeiro público, no qual a Diretoria de Registro Mercantil da JUCESC constatou irregularidades na atuação dos leiloeiros: **Júlio Ramos Luz; Simone Wenning; Roger Wenning; Marcus Rogério Araújo Samoel; Diórgenes Valério Jorge; Michele Pacheco da Rosa Sandor; Anderson Luchtenberg; Paulo Roberto Worm; Agenor Luiz Silveira e Valmir Antonio Claudino** sob argumentos de que (fls. 2 a 8 - SEI 28744099):

(...)

JULIO RAMOS LUZ

1. O processo em nome de senhor Agenor Luis Silveira, foi feito com o mesmo número de protocolo do Sr. Julio Ramos Luz (págs. 9 e 16). E o recadastramento foi enviado junto do processo de livros, sem taxa.

2. Apresentou certidão cível positiva do TJ/SC (págs. 14).

AGENOR LUIS SILVEIRA

1. Não foi possível protocolar o processo pois ele possui o mesmo número de protocolo do processo do Sr. Júlio Ramos luz (págs. 9 e 16). No requerimento foi apenas alterado o nome depois de imprimir a primeira capa, Desta forma, os dois leiloeiros utilizaram o mesmo RU com o protocolo nº 18/812517-5. O requerimento constante além de pertencer a outro leiloeiro, é destinado ao protocolo de livros, estando o processo de recadastramento dentre os livros do leiloeiro.

2. Prestou declaração de que não possui vínculo com qualquer pessoa jurídica e não exerce o comércio, porém foi localizado no sistema da Junta Comercial um microempreendedor individual em seu nome (págs. 18 e 48), aberto após sua matrícula como leiloeiro, ativo até

esta data inclusive na Receita Federal, com os seguintes dados:

AGENOR LUIS SILVEIRA 06494843980

NIRE: 42 8 0310395-1 - CNPJ: 26.443.981/0001-35

Objeto: 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
(...)

3. Apresentou como comprovante de recolhimento do INSS, folha de pagamento como funcionário da empresa Magna Comércio Assessoria e Serviço Ltda - ME (págs. 43). Nesta mesma folha consta a função que ele exerceu na empresa: LEILOEIRO.

Consultando no cadastro da JUCESC verificou-se que o leiloeiro DIORGENES VALERIO JORGE figurou como sócio de 15/12/2011 a 19/07/2017 (págs. 22 e 27), e se matriculou como leiloeiro em 17/09/2015, momento em que apresentou também documento declarando que não possui vínculo societário (págs. 91). Nesta mesma empresa a Sra. Onélia Ramos Luz, mesmo nome da mãe do leiloeiro Júlio Ramos Luz (pág. 30), atuou como sócia administradora até 2011 e retornou 19/07/2017 permanecendo até o momento (págs. 19)
(...)

Considerando que o telefone da empresa Magna Comércio Assessoria e Serviços Ltda - ME - divulgado na internet se trata do mesmo telefone de contato dos leiloeiros supracitados, conforme (págs. 32, 33 e 34)

Considerando que no edital em anexo (pág. 35), a empresa Magna Comércio Assessoria e Serviços Ltda - ME divulga que realizará o leilão através dos leiloeiros Sr. Julio Ramos Luz e Sr. Agenor Luis Silveira, conjuntamente.

4. Apesar de ter apresentado relatório dos leilões realizados em 2017, juntou declaração de que não recolhe ISS (págs. 44), e não apresentou o alvará municipal, apenas declaração que no seu CPF não existem débitos.

5. Seu seguro venceu em 27/11/2017 e apresentou um extrato de conta aberta na Caixa Econômica Federal, com data de 10/08/2018 (págs. 45), com saldo total de R\$ 70.564,38, Valor Bloqueado R\$0,00 e um débito de uma compra efetuada, o que demonstra que esta conta não possui qualquer impedimento para ser movimentada. Não há no processo qualquer outro tipo de comprovante da instituição financeira de que esta conta atende aos moldes determinados na instrução normativa nº 17/2013.

6. Apresentou certidão cível positiva do TJ/SC com processo em situação: suspenso (págs. 46).

MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR

1. Apresentou como comprovante de recolhimento do INSS, folha de pagamento como funcionário da empresa Magna Comércio Assessoria e Serviços Ltda - ME (págs. 50). Nesta mesma folha consta a função que ele exerce na empresa: LEILOEIRO.

2. Apesar de ter apresentado relatório dos leilões realizados em 2017, juntou declaração de que não possui prova de recolhimento de ISS, e não apresentou o alvará municipal, apenas declaração que no seu CPF não existem débitos (págs. 51).

MARCUS ROGÉRIO ARAÚJO SAMOEL

1. Os processos em nome dos senhores, Diórgenes Valério Jorge, Simone Wenning, Anderson Lutchenberg, Valmir Antonio Claudino, Paulo Roberto Worn e Roger Wenning foram todos feitos com o mesmo número de protocolo do Sr Marcus Rogério Araújo Samoel (págs. 53). E o recadastramento foi enviado junto do processo de livros, sem taxa.

3. Leiloeiro já havia sido notificado no processo 180315072 (págs.52), em julho de 2018, que as cauções prestadas mediante seguro garantia cujo contrato não estava vigente quando da publicação da IN DREI 44/2018, não são passíveis de renovação ou prorrogação, devendo o leiloeiro caucionar mediante depósito em conta poupança em banco oficial à disposição da JUCESC, e sua movimentação será feita apenas através de requerimento deste órgão. O leiloeiro estava sem seguro desde 9/10/2017 e apresentou no recadastramento a mesma apólice que já havia sido negada na exigência de julho que o usuário retirou e não deu mais prosseguimento ao processo.

4. Apresentou como comprovante de recolhimento do INSS, folha de pagamento como funcionário da empresa Magna Comércio e Serviços Ltda - ME (págs. 57). Nesta mesma folha consta a função que ele exerce na empresa: LEILOEIRO.

5. Apesar de ter apresentado relatório dos leilões realizados em 2017, juntou declaração de que não possui prova de recolhimento de ISS, e não apresentou o alvará municipal, apenas declaração que no seu CPF não existem débitos (págs. 58).

PAULO ROBERTO WORM

1. Não foi possível protocolar o processo pois ele possui o mesmo número de protocolo do processo do Sr. Marcus Rogério Araújo Samoel (págs. 59). No requerimento foi apenas alterado o nome depois de imprimir a primeira capa. Desta forma, os dois leiloeiros utilizaram o mesmo RU com protocolo nº 18/812399-7. O requerimento constante além de pertencer a outro leiloeiro, é destinado ao protocolo de livros, estando o processo de recadastramento dentre os livros do leiloeiro.

2. Prestou declaração de que não possui vínculo com qualquer pessoa jurídica e não exerce o comércio, porém foi localizado no sistema da Junta Comercial um microempreendedor individual em seu nome (págs. 61 e 65), aberto após sua matrícula como leiloeiro, ativo até esta data inclusive na Receita Federal, com os seguinte dados:

PAULO ROBERTO WORM 17528046000

NIRE 42 8 0334276 9 - CNPJ 27.245.773/0001-94

Objeto: SERVIÇOS DE PROMOÇÃO DE VENDAS E PUBLICIDADE NO LOCAL DA VEN
PROMOTOR DE VENDAS.

3. Não possui caução vigente até o momento (págs. 63 e 64).

4. Apesar de ter apresentado relatório dos leilões realizados em 2017, juntou declaração de que não possui prova de recolhimento de ISS e INSS, e não apresentou o alvará municipal, apenas declaração de que no seu CPF não existem débitos (págs. 63 e 64).

VALMIR ANTONIO CLAUDINO

1. Não foi possível protocolar o processo pois ele possui o mesmo número de protocolo do processo do Sr. Marcus Rogério Araújo Samoel (págs. 66). No requerimento foi apenas alterado o nome depois de imprimir a primeira capa. Desta forma, os dois leiloeiros utilizaram o mesmo RU com protocolo nº 18/812399-7. O requerimento constante além de pertencer a outro leiloeiro, é destinado ao protocolo de livros, estando o processo de recadastramento dentre os livros do leiloeiro.

2. Declarou que não possui prova de recolhimento de ISS e INSS, e que exerce a profissão no município de RIO DO SUL, porém apresentou certidão negativa de débitos de ITUPORANGA Não apresentou alvará (págs. 69,70),

3. Leiloeiro está sem seguro desde fevereiro de 2017 e somente em julho de 2018 apresentou processo (180207245) com comprovante de depósito de 70 mil e foi notificado de que é necessário comprovar que o valor está à disposição da JUCESC e que não poderá ser movimentado sem autorização (págs. 68). Apresentou por diversas vezes contrariedade em ter que comprovar tal bloqueio.

ANDERSON LUCHTENBERG

1. Não foi possível protocolar o processo pois ele possui o mesmo número de protocolo do processo do Sr. Marcus Rogério Araújo Samoel (págs. 71). No requerimento foi apenas alterado o nome depois de imprimir a primeira capa. Desta forma, os dois leiloeiros utilizaram o mesmo RU com protocolo nº 18/812399-7. O requerimento constante além de pertencer a outro leiloeiro, é destinado ao protocolo de livros, estando o processo de recadastramento dentre os livros do leiloeiro.

2. Prestou declaração de que não possui vínculo com qualquer pessoa jurídica e não exerce o comércio, porém foi localizado no sistema da Junta Comercial uma sociedade limitada onde o leiloeiro figura como sócio administrador (págs. 73 e 76), com os seguinte dados:

LUCHTENBERG & LEHMKUHL LTDA

NIRE: 42 2 0403540-1 - CNPJ: 09.289.655/0001-04

3. Apesar de ter apresentado relatório dos leilões realizados em 2017, juntou declaração de que não possui prova de recolhimento de ISS nem INSS, e não apresentou o alvará municipal, apenas declaração de que no seu CPF não existem débitos (págs. 74 e 75).

SIMONE WENNING

1. Não foi possível protocolar o processo pois ele possui o mesmo número de protocolo do processo do Sr. Marcus Rogério Araújo Samoel (págs. 77). No requerimento foi apenas alterado o nome depois de imprimir a primeira capa. Desta forma, os dois leiloeiros utilizaram o mesmo RU com protocolo nº 18/812399-7. O requerimento constante além de pertencer a outro leiloeiro, é destinado ao protocolo de livros, estando o processo de recadastramento dentre os livros do leiloeiro.

2. Leiloeira apresentou comprovante de INSS através de contracheque emitido pela mesma empresa que contrata os leiloeiros supramencionados (págs. 83), Magna Comércio Assessoria e Serviços Ltda - ME, onde figura como atendente comercial.

3. Apesar de ter apresentado relatório dos leilões realizados em 2017, juntou declaração de que não possui prova de recolhimento de ISS, e não apresentou o alvará municipal, apenas declaração de que no seu CPF não existem débitos (págs.82).
4. No extrato da caução apresentado no recadastramento, foi identificado uma suposta movimentação (pág.79).
5. Apesar de declarar que reside no mesmo endereço onde está instalada a empresa MAGNA COMERCIO, ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA (RUA ACADEMICO NILO MARCHI, 164) (pág. 8 comprovante que foi apresentado demonstrado endereço que é citado como escritório de grande parte dos leiloeiros de Rio do Sul (RUA ACADEMICO NILO MARCHI, 447) (pág.81).

DIÓRGENES VALÉRIO JORGE

1. Não foi possível protocolar o processo pois ele possui o mesmo número de protocolo do processo do Sr. Marcus Rogério Araújo Samoel (págs. 84). No requerimento foi apenas alterado o nome depois de imprimir a primeira capa. Desta forma, os dois leiloeiros utilizaram o mesmo RU com protocolo nº18/812399-7. O requerimento constante além de pertencer a outro leiloeiro, é destinado ao protocolo de livros, estando o processo de recadastramento dentre os livros do leiloeiro.
2. Ao se matricular nesta JUCESC, em setembro de 2015, apresentou declaração de que não exercia atividade empresária ou participava da administração de sociedade de qualquer espécie (págs. 91), porém foi verificado que o leiloeiro figurou como sócio da empresa Magna Comércio Assessoria e Serviços Ltda - ME de 15/12/2011 a 19/07/2017 (págs. 22 e 27). Localizamos também o vínculo como sócio/administrador da empresa INSTITUTO TOP APROVE LTDA - NIRE 42 2 0501986-7 CNPJ 18.099.936/0001-87, desde 10/05/2013 até sua baixa em 2017 (págs. 92), ou seja, era sócio e/ou administrador das empresas no momento em que fez sua matrícula como leiloeiro.
3. Não possui caução vigente até o momento (págs. 87);
4. Apesar de ter apresentado relatório dos leilões realizados em 2017, juntou declaração de que não possui prova de recolhimento de ISS nem INSS, e não apresentou o alvará municipal, apenas declaração de que no seu CPF não existem débitos (págs. 88 e 89).
5. Apresentou certidão cível estadual positiva com situação: suspensão (págs.90).
6. No edital nº 001/2017, da Prefeitura de Correia Pinto, foi divulgado que o leilão seria conduzido pelos leiloeiros Julio Ramos Luz e Diórgenes Valério Jorge (pág. 31).

ROGER WENNING

1. Não foi possível protocolar o processo pois ele possui o mesmo número de protocolo do processo do Sr. Marcus Rogério Araújo Samoel (págs. 94). No requerimento foi apenas alterado o nome depois de imprimir a primeira capa. Desta forma, os dois leiloeiros utilizaram o mesmo RU com protocolo nº18/812399-7. O requerimento constante além de pertencer a outro leiloeiro, é destinado ao protocolo de livros, estando o processo de recadastramento dentre os livros do leiloeiro.
2. Apesar de ter apresentado relatório dos leilões realizados em 2017, juntou declaração de que não possui prova de recolhimento de ISS nem INSS, e não apresentou o alvará municipal, apenas declaração de que no seu CPF não existem débitos (págs. 99 e 100).
3. Apresentou certidão positiva cível do TJ/SC (págs. 97)
4. O seguro está vencido desde novembro e até o momento não possui caução vigente (págs.96)

Além disso, é de conhecimento dessa Junta Comercial, a ata de Reunião de Julgamento de Propostas do município de Joaçaba, nº127/2018, onde houve a desclassificação dos leiloeiros AGENOR LUIS SILVEIRA, MARCUS ROGERIO ARAUJO SAMOEL, PAULO ROBERTO WORM, VALMIR ANTONIO CLAUDINO, MICHILE PACHECO DA ROSA SANDOR, ROGER WENNING, DIÓRGENES VALÉRIO JORGE, JULIO RAMOS LUZ, ETLA WEISS DA COSTA, ANDERSON LUCHTENBERG E SIMONE WENNING (...)

3. O Secretário Geral da JUCESC, no dia 06 de fevereiro de 2019, encaminhou a denúncia realizada pelo setor de Fiscalização de Leiloeiro, sob supervisão do Diretor de Registro Mercantil, contra os leiloeiros oficiais, Srs. Júlio Ramos Luz, Agenor Luis Silveira, Marcus Rogério Araújo Samoel, Paulo Roberto Worm, Valmir Antonio Claudino, Anderson Luchtenberg, Diórgenes Valério Jorge, Roger Wenning e as Sras. Simone Wenning e Michele Pacheco da Rosa Sandor, que estão em descumprimento com a Instrução Normativa nº 17/2013 e Decreto 21.981/32, sugerindo a abertura de processo administrativo, no qual foi admitido pelo Presidente da Junta Comercial, ao passo que, com força no art. 50 da IN DREI nº 17/2013,

ordenou a instauração do processo administrativo JUCESC 146/2019 (fls. 136 e 137 - SEI 28744099).

4. Devidamente intimados (fls. 143 a 162 - SEI 28744099), os leiloeiros apresentaram contrarrazões, sob os seguintes argumentos (fls. 163 a 176 - SEI 28744099):

PASSAMOS A ANÁLISE DO CASO DO LEILOEIRO JÚLIO RAMOS LUZ:

- 1) Diz a tal comunicação que "o Processo do senhor Agenor Luiz Silveira, foi feito com o mesmo número de protocolo do Sr. Júlio Ramos Luz (págs. 9 e 16). E o cadastramento foi enviado junto do processo de livros, sem taxa."
- 2) Tal citação por parte da JUCESC mostra sua própria desorganização. Quem realiza os protocolos das manifestações é a própria JUCESC (...) o leiloeiro não é e nunca foi instruído de como fazer estes Livros. (...) Quanto às taxas, estas foram pagas e neste caso cabe uma melhor visão por parte de quem reviu de forma desatenta a documentação. (...)
- 3) Ainda referente ao item que trata do Leiloeiro Júlio Ramos Luz, no item 2 de seu título, alega a JUCESC que "apresentou certidão positiva do TJ/SC (...) A mesma "certidão dota "positiva" foi acompanhada de CERTIDÃO NARRATIVA, tudo para informa que o Leiloeiro citado NÃO FOI CONDENADO E O PROCESSO NÃO SE ENCERROU. (...)

PASSAMOS A ANÁLISE DO CASO DO LEILOEIRO AGENOR LUIS SILVEIRA:

- 4) Diz o comunicação interna que não foi possível protocolar o processo porque ele tem o mesmo número do Leiloeiro Júlio Ramos Luz. Já explicado acima. Desorganização da JUCESC que faz e realiza seus protocolos e não dos Leiloeiros.
- 5) Prestou declaração de que não possui vínculo com pessoa jurídica e não exerce comércio (...), conforme os documentos colacionados a esta manifestação, o registro desta empresa foi realizado para fins de um trabalho acadêmico . De fato houve a abertura de tal CNPJ e não a empresa como "atividade comercial". (...) a tal "empresa" nunca exerceu vendas, comércio e nunca emitiu qualquer Nota Fiscal, sendo, como já dito um exercício de Faculdade, sendo que atualmente a empresa se encontra baixada.
- 6) Apresentou como comprovante de recolhimento do INSS, folha de pagamento como funcionário da Magna Comércio Assessoria e Serviços Ltda. ME, (págs. 43)" Alega que grande parte dos Leiloeiros são funcionários de tal empresa e possuem SALAS no endereço da empresa. (...)
- 11) (...) **Em nenhum trecho do Decreto Lei 21.981/32 há exigência sobre ISS ou INSS, portanto ilegal a exigência, ou um excesso de Zelo (...).**
- 12) Ainda sobre o mesmo leiloeiro AGENOR LUIZ SILVEIRA, no item 6, descreveu-se que "apresentou certidão cível positiva do TJ/SC com processo em situação: suspenso." **Ora: a própria Junta ou o analista agem de forma leviana. Se o processo está suspenso, NÃO HOUVE E NÃO HÁ SENTENÇA CONDENATÓRIA transitada em julgada, ainda mais em tratando de caso familiar, ou pequenas dívidas. (...)**

PASSAMOS A ANÁLISE DO CASO DA LEILOEIRA MICHELE PACHECO DA ROSA

(...)

- 15) Sobre recolhimento de ISS desta Leiloeira, não cabe a JUCESC ser fiscal de impostos, não é sua atribuição. (...)

PASSAMOS A ANÁLISE DO CASO DO LEILOEIRO MARCUS ROGÉRIO ARAÚJO SAMOEL:

- 16) Descreveu-se no item 1. Que "os processos dos senhores Diórgenes Valério Jorge, Simone Wenning, Anderson Luchtenberg, Valmir Antônio Claudino, Paulo Roberto Worm e Roger Wenning foram todos feitos com o mesmo número de protocolo do Sr. Marcus Rogerio Araujo Samoel e que foram enviado sem taxa.
- 17) QUEM PROTOCOLA É A JUCESC, no caso a de Rio do Sul, pois o Leiloeiro não é e nunca foi instruído de como fazer estes Livros. (...)
- 18) No item 3, quanto a Caução A MESMA É E ESTAVA VÁLIDA DENTRO DO PRAZO, mas a falta de bom senso da JUCESC fez com que agora o Seguro Garantia fosse perdido, mas no cadastramento protocolado em 27/02/2019 apresentou Poupança/Caução.
- 19) Apresentou como comprovante de recolhimento do INSS, folha de pagamento como funcionário da Magna Comércio Assessoria e Serviços Ltda. ME, (págs. 43)" Alega que grande parte dos Leiloeiros são funcionários de tal empresa e possuem SALAS no endereço da

empresa.

20) Há de se ressaltar que a JUCESC NÃO É ORGÃO COMPETENTE E NEM É ATRIBUIÇÃO : SOLICITAR OU FISCALIZAR SOBRE RECEITA DO INSS. (...)

21) (...) **Em nenhum trecho do Decreto Lei 21.981/32 há exigência sobre ISS ou INSS, portanto ilegal a exigência, ou um excesso de Zelo (...)**

PASSAMOS A ANÁLISE DO CASO DO LEILOEIRO PAULO ROBERTO WORN:

22) Em relação ao primeiro item, já fora devidamente esclarecido que o erro ocorreu em virtude da JUCESC não realizar os protocolos corretamente Quem realiza os protocolos das manifestações é a própria JUCESC (...)

23) Em relação a suposta alegação de que o Leiloeiro Paulo R. Worm exerce atividade comercial, esta alegação esta equivocada, e, que pese ter existindo a realização de um microempreendedor individual em nome do Leiloeiro, esta empresa jamais entrou em atividade ou gerou algum tipo de renda, sendo que atualmente encontra-se baixada, conforme comprovam os documentos em anexo.

PASSAMOS A ANÁLISE DO CASO DO LEILOEIRO VALMIR ANTONIO CLAUDINO:

24) Diz a comunicação interna que não foi possível protocolar o processo porque ele tem o mesmo número de outros leiloeiros. Situação já explicada.

25) Em relação ao recolhimento de ISS e INSS, não compete a Junta referida atribuição, conforme já esclarecido.

26) O leiloeiro, em que pese a Junta Comercial afirmar o contrário, apresentou comprovante de depósito de 70 mil, e que referido valor se encontra à disposição da JUCESC.

PASSAMOS A ANÁLISE DO CASO DO LEILOEIRO ANDERSON LUCHTENBERG:

27) Diz a comunicação interna que não foi possível protocolar o processo porque ele tem o mesmo número de outros leiloeiros. Situação já explicada.

28) Em relação a possuir vínculo com qualquer pessoa jurídica, conforme comprovam os documentos em anexo, a empresa existente em no do Leiloeiro encontra-se inoperante, não possui qualquer tipo de faturamento e baixa esta sendo providenciada, contudo até o momento não ocorreu em virtude do feriado de carnaval dos dias 4 e 5 de março.

PASSAMOS A ANÁLISE DO CASO DA LEILOEIRA SIMONE WENNING:

29) Diz a comunicação interna que não foi possível protocolar o processo porque ele tem o mesmo número de outros leiloeiros. Situação já explicada.

30) Em relação ao recolhimento de ISS e INSS, não compete a Junta referida atribuição, conforme já esclarecido.

31) O valor caução está depositado e se encontra à disposição da JUCESC.

32) A Leiloeira reside no endereço informado nas páginas 80, se a Junta realmente fiscaliza-se as atividades dos leiloeiros poderia se certificar desde fato e analisar que a Leiloeira não omite nenhum fato,

PASSAMOS A ANÁLISE DO CASO DO LEILOEIRO DIÓRGENES VALÉRIO JORGE:

33) Diz a comunicação interna que não foi possível protocolar o processo porque ele tem o mesmo número de outros leiloeiros. Situação já explicada.

34) Em que pese a alegação do item 2, o Leiloeiro não participava da administração da sociedade da empresa Magna Comércio Assessoria Serviços Ltda-ME, era apenas cotista. Com relação a empresa Instituto Top Apreve Ltda, a empresa não se encontra em funcionamento e foi encerrada em 2017.

35) Com relação ao item 3, o Leiloeiro apresentou caução poupança, sendo que os valores se encontram à disposição da JUCESC.

36) Em relação ao recolhimento de ISS e INSS, não compete a Junta referida atribuição, conforme já esclarecido.

PASSAMOS A ANÁLISE DO CASO DO LEILOEIRO ROGER WENNING:

37) Diz a comunicação interna que não foi possível protocolar o processo porque ele tem o mesmo número de outros leiloeiros. Situação já explicada.

38) Em relação ao recolhimento de ISS e INSS, não compete a Junta referida atribuição, conforme já esclarecido.

39) O Leiloeiro apresentou caução poupança, sendo que os valores se encontram à disposição da JUCESC.

(...)

Essa parte final da comunicação feita pela Prefeitura de Joaçaba, nada tem a ver com o caso em tela, ou seja, os Leiloeiros, mas, como aqui não há nada ilegal nada a ser esconder, faltou tanto para atrapalhada Comissão de Licitações de Joaçaba como faltaram para a JUCESC melhores argumentos, senão vejamos:

a) Os papéis tinham o mesmo Layout; RESPOSTA: Já foi objeto de investigação desta JUCESC (...), que vinham com estes mesmos argumentos. Ora, organização Layout moderno e dinâmico é fruto de escritório com estrutura para cuidar tanto da parte de Licitações (...)

5. Ao final, os leiloeiros requereram que fosse deferido o recadastramento, em razão dos devidos esclarecimentos (fl. 176 - SEI 28744099).

6. Por meio de comunicação interna, o Diretor de Registro Mercantil, informou que, posteriormente a instauração do processo nº146/2019, foi verificado nos sites dos leiloeiros fiscalizados a existência de novas provas (fl. 187 - SEI 28744099).

7. Em resposta a existência de novas provas nos sites, os leiloeiros se manifestaram no sentido que o compartilhamento de editais possui finalidade informativa de divulgação e colaborativa entre os colegas de profissão, além de não existir vedação legal que proíbe a ampla divulgação dos leilões (fls. 199 a 214 - SEI 28744099).

8. A Procuradoria da JUCESC, por meio do PARECER Nº 134/21-PROJUR, ressaltou que em relação ao lapso temporal de tramitação do procedimento, que inicialmente houve o "sobrestamento" da análise dos processos de fiscalização de leiloeiro em razão da iminência de uma nova instrução normativa DREI, que foi publicada no D.O.U. em 20 de dezembro de 2019 - IN DREI 72/2019. E, em um segundo momento, o "sobrestamento" deu-se em virtude da pandemia (covid-19), diante da necessidade de adequação e migração de processamento físico para digital. Não obstante, não verificaram qualquer prejuízo ao andamento dessas demandas, tampouco a ocorrência da extinção da punibilidade, uma vez que a instauração do processo administrativo de apuração da irregularidade interrompe a prescrição, inteligência do art. 91, §2º, da IN DREI nº 72/2019. Por fim, registrou que a denúncia restou prejudicada em relação aos leiloeiros Agenor Luiz Silveira - AARC nº 341 e Valmir Antônio Claudino - AARC nº 274, uma vez que já foram destituídos (fls. 219 a 225 - SEI 28744099).

9. No mérito, a Procuradoria da JUCESC concluiu pela aplicação da pena de destituição, pois, entendeu que em relação a "Certidão Positiva", com base no art. 42, VIII da IN DREI nº 72/2019 e art. 2º, "d" do Decreto nº 21.981/32, resta claro em se fazer necessário a apresentação de certidões negativas para habilitação e matrícula dos leiloeiros. Vejamos:

Art. 42. O processo de habilitação inicia-se com a apresentação de requerimento de matrícula pelo interessado, mediante o pagamento do preço público devido, acompanhado da documentação que comprove os seguintes requisitos:

(...)

VIII -**ter idoneidade comprovada mediante a apresentação** de identidade e **certidões negativas** expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e do Distrito Federal, no foro cível e criminal, correspondentes à circunscrição em que o candidato tiver o seu domicílio, relativas ao último quinquênio. (grifo nosso)

Art. 2º Para ser leiloeiro, é necessário provar:

(...)

d) **ter idoneidade, comprovada com apresentação** de caderneta de identidade e de **certidões negativas** dos distribuidores, no Distrito Federal, da Justiça Federal e das Varas Criminais da Justiça local, ou de folhas corridas, passadas pelos cartórios dessas mesmas Justiças, e, nos Estados e no Território do Acre, pelos Cartórios da Justiça Federal e Local do distrito em que o

candidato tiver o seu domicílio. (grifo nosso)

10. No mérito do "recadastramento anual", a Procuradoria da JUCESC, expressou que com base no art. 51, X, da IN DREI nº 17/2013, compete ao Setor de Fiscalização de Leiloeiros da Juntas comerciais verificar os pré-requisitos necessários para o desempenho da função, embora, entendeu que os leiloeiros numa tentativa de não recolher o preço devido, ao invés de apresentarem os seus documentos mediante protocolo individualizado, houve o "compartilhamento" do número do protocolo. E dentre os leiloeiros fiscalizados, somente a leiloeira Michele Pacheco da Rosa Sandor apresentou de forma adequada. Portanto, não assiste razão aos leiloeiros fiscalizado que atribuem a falta de protocolo individualizado à própria Junta Comercial.

11. A Procuradoria da JUCESC, no que tange a "comprovação do recolhimento do ISS e INSS", se manifestou que não prospera os argumentos dos leiloeiros fiscalizados, haja vista a obrigação prevista no art. 9º do Decreto 21.981/32 e no artigo 34, XVII e XIX, da IN DREI 17/2013. Vejamos:

Art. 9º Os leiloeiros são obrigados a registrar nas Juntas Comerciais, dentro de 15 dias após a cobrança, **os documentos comprobatórios do pagamento dos impostos federais e estaduais relativos á sua profissão, sob pena de suspensão**, de que não haverá recurso.

Art. 34. As obrigações e responsabilidades do leiloeiro são as constantes das disposições legais e regulamentares, incumbindo-lhes, nos termos desta Instrução Normativa, as seguintes obrigações:

(...)

XVII - fornecer às autoridades judiciais ou administrativas as informações que requisitarem;

(...)

XIX - **arquivar, na Junta Comercial, dentro dos 15 (quinze) dias seguintes aos dos respectivos vencimentos, os documentos comprobatórios do pagamento dos impostos incidentes sobre a atividade;** (grifo nosso)

12. No que se refere a "proibição do exercício de atividade", a Procuradoria Jurídica da JUCESC, entende que os leiloeiros, Paulo Roberto Worm, Anderson Luchtenberg e Diórgenes Valério Jorge exerceram atividade empresarial concomitante ao exercício da leiloaria, dessa forma, configura infração profissional punível com a pena de destituição, com base no artigo 36 do Decreto nº 21.981/1932 e nos artigos 35, 36 e 39 da IN DREI nº 17/2013. Vejamos:

Art. 36. É proibido ao leiloeiro:

a) sob pena de destituição:

1º, exercer o comércio direta ou indiretamente no seu ou alheio nome;

2º, constituir sociedade de qualquer espécie ou denominação;

Art. 35. É proibido ao leiloeiro:

I - sob pena de destituição e consequente cancelamento de sua matrícula:

a) integrar sociedade de qualquer espécie ou denominação;

b) exercer o comércio, direta ou indiretamente, no seu ou alheio nome;

Art. 36. Está impedido de exercer a profissão de leiloeiro:

(...)

II - aquele que vier a exercer atividade empresária cujo objeto exceda a leiloaria, ou participar da administração e/o de fiscalização em sociedade de qualquer espécie, no seu ou em alheio nome;

Art. 39. Constituem-se infrações disciplinares:

I - exercer a profissão quando impedido de fazê-lo ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos, proibidos ou impedidos;

II - manter sociedade empresária;

13. Por fim, a Procuradoria da JUCESC emitiu entendimento em relação a "atuação conjunta/sociedade de fato", indicando o compartilhamento de endereço e telefone, inclusive celular, entre

os leiloeiros fiscalizados, além da divulgação e realização conjunta de leilões, bem como a existência de vínculo empregatício na função leiloeiro. Apontou, também a existência nos sites dos leiloeiros divulgação de apenas um leiloeiro, o que se configuraria em uma formação de sociedade de fato liderada por apenas um leiloeiro. E com fundamentos nos arts. 11 e 36 do Decreto nº 21.981/1932 e art. 30 da IN DREI nº 17/2013, conclui que a atividade de leiloaria deve ser personalíssima, e por verificar a tipicidade da conduta dos leiloeiros que, atuam conjuntamente na forma de sociedade (ainda que de fato), estão sujeitos a pena de destituição.

14. Os autos foram submetidos à análise do Vogal Relator, que no dia 29 de agosto de 2022, proferiu seu voto pela procedência da denúncia e aplicação de pena de destituição e, conseqüentemente cancelamento da matrícula do grupo de leiloeiros, com base no art. 36, letra "a", inciso 2º, do Decreto nº 21.981/1932, pois, os leiloeiros descumpriram com seus deveres funcionais ao configurarem a tipicidade de sociedade.

15. Por outro lado, registrou que, caso o entendimento da tipificação de sociedade entre os leiloeiros seja ultrapassado, **devem os leiloeiros Paulo Roberto Worm, Anderson Luchtenberg e Diórgenes Valério Jorge, por exercerem atividade empresarial/integrarem sociedade concomitante a leiloaria, serem destituídos da função de leiloeiro e terem sua matrícula cancelada**, em respeito disposto no artigo 36, letra "a", inciso 1º e 2º, do Decreto Lei nº 21.981/1932. E por fim, registrou que caso os entendimentos acima sejam ultrapassados, **devem os leiloeiros Júlio Ramos Luz, Diórgenes Valério Jorge e Roger Wenning, serem desabilitados da função, haja visto as certidões positivas dos distribuidores, que demonstram o não preenchimento legal de um dos requisitos exigidos em lei para serem leiloeiros**, conforme exigido pelo art. 2º, letra "c", do Decreto Lei nº 21.981/1932 (fls. 227 a 234 - SEI 28744099).

16. Submetido a julgamento, o Plenário de Vogais da JUCESC, em sessão ordinária realizada no dia 1º de setembro de 2022, **deliberou por unanimidade dos votos, seguindo o Relator, pela pena de destituição e conseqüente cancelamento da matrícula do grupo de leiloeiros, com fundamentação no art. 36, letra "a", inciso 2º, do Decreto nº 21.981/1932** (fl. 9 - SEI 28744106).

17. Irresignados com a decisão do Plenário da JUCESC, oito leiloeiros (**Júlio Ramos Luz, Simone Wenning, Roger Wenning, Marcus Rogério Araújo Samoel, Diórgenes Valério Jorge, Michele Pacheco da Rosa Sandor, Anderson Luchtenberg e Paulo Roberto Worm**) interpuseram, tempestivamente, o presente recurso. Os recorrentes alegam que processo que tramitou perante a JUCESC esteve parado por mais de 3 anos, incidindo sobre tal a prescrição intercorrente. Afirmam, também, a não observância do caminho *iter criminis* e do princípio da individualização da conduta. O grupo requer que seja retirada a palavra destituída da situação dos Recorrentes do site da JUCESC, pois a decisão não transitou em julgado, pleiteando efeito suspensivo (fls. 3 a 33 - SEI 28744031):

18. Ao final, os recorrentes almejam a reforma da decisão do Plenário da JUCESC:

Diante do exposto, REQUEREM

- a) Recebimento do presente recurso, sendo lhe atribuído EFEITO SUSPENSIVO, em razão dos danos já causados aos recorrentes e outros de impossível reparação mantida a decisão até esgotar os meios legais, determinado a retirada imediata da condição destituídos no site da JUCESC, até decisão final seja na esfera administrativa ou judicial;
- b) O acolhimento das preliminares aventadas;
- c) Seja declarado nulo o presente feito pelos motivos de fato e direitos elencados no corpo da peça, ou então que seja declarado nulo os atos posteriores à denúncia, tendo em vista a ausência de citação e intimação dos RECORRENTES para os atos processuais, tendo sido feito à terceira pessoa estranha ao processo;
- d) No caso de anulação dos feitos pós denúncia que seja então: deferido novo prazo para defesa destes;
- e) **Seja provido o presente recurso para revogação da destituição dos Recorrentes pela**

reforma da decisão, haja vista estar destoante da realidade fática e hodierno entendimentos e organização de Leiloeiros para potencializar sua função de grande relevância e interesse público. (grifo nosso)

19. Por meio do PARECER Nº PAR 109/22-PROJUR, a Procuradoria da JUCESC se manifestou pela manutenção da decisão do Plenário, pelo fato de que (fls. 64 a 67 - SEI 28744073):

A respeito da suspensão dos efeitos dos recursos prevê o artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 9.784/99:

Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Ainda, a Lei nº 8.934/94, ao tratar do processo revisional pertinente ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, assim determina:

Art. 49. Os recursos de que trata esta lei não têm efeito suspensivo.

(...)

Art. 127. As decisões proferidas em sede de Recurso ao Plenário se efetivam de imediato, salvo tratando-se de vício sanável, quando o interessado deverá retificá-lo no prazo de trinta dias, sob pena de desarquivamento, bem como demonstração de justo receio ou de prejuízo de difícil ou incerta reparação.

(...)

Portanto, em razão do justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação entende-se pelo deferimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso.

(...)

Em que pesem as alegações de ausência de intimações dos recorrentes, entende-se que a pretensão não merece prosperar. Seja porque no Processo JUCESC 146/2019 constam as intimações expedidas, publicações no diário oficial e defesas pelos interessados, seja porque houve sustentação oral, na sessão plenária do dia 01/09/2022, por advogado devidamente constituído.

(...)

II.IV – MÉRITO

Destaca-se, de antemão, que não se vislumbram razões para alterar o entendimento já proferido por esta Procuradoria Jurídica no Parecer nº 134/2021, exarado nos autos do Processo JUCESC 146/2019, uma vez que a pretensão dos recorrentes não encontra amparo na legislação vigente.

A discussão havida nos presentes autos diz respeito à configuração do exercício conjunto da profissão de leiloeiro.

Conforme se observa, restou comprovado que os recorrentes atuam como verdadeira sociedade empresária, ainda que de fato, caracterizando, portanto, conduta vedada pela legislação pertinente. In verbis:

De acordo com o art. 11 do Decreto nº 21.981/32, “O leiloeiro exercerá pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto.”.

(...)

Portanto, em que pesem os argumentos dos recorrentes, correto o entendimento pela aplicação da pena de destituição, em razão da configuração do exercício conjunto da profissão de leiloeiro.

Desta forma, entende esta Procuradoria Jurídica pela manutenção da decisão recorrida e, consequentemente, pela improcedência do presente Recurso ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.

III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, opina-se: a) pelo conhecimento do presente Recurso ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração; b) pelo deferimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo; e c) **no mérito, pela sua improcedência.** (grifo nosso)

20. O Presidente da JUCESC acolheu o Parecer nº 109/22-PROJUR, da Procuradoria Jurídica, e deferiu o pedido de atribuição do efeito suspensivo ao recurso (fl. 69 - SEI 28744073).

21. A seu turno os autos do processo foram remetidos à consideração deste Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

22. Considerando os termos do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que atribui competência a este Departamento para julgar o recurso previsto no art. 44, III, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa-se à análise.

FUNDAMENTAÇÃO

23. Através do presente recurso, os Leiloeiros Públicos **Júlio Ramos Luz, Simone Wenning, Roger Wenning, Marcus Rogério Araújo Samoel, Diorgenes Valério Jorge, Michele Pacheco da Rosa Sandoz, Anderson Luchtenberg e Paulo Roberto Worm** pretendem a reforma da decisão do Plenário de Vogais da JUCESC, que os impuseram a penalidade de destituição, em razão supostamente atuarem de maneira conjunta no exercício da profissão, contrariando as disposições do art. 36, letra "a", inciso 2º, do Decreto nº 21.981/1932.

24. Cumpre registrar que o processo administrativo em comento teve início em fevereiro de 2019, tendo sido proferida decisão em 1º/09/2022, contudo, não nos parece que ficou parado sem que fossem praticados os atos necessários, pois, conforme informação da junta comercial, *"com relação ao lapso temporal de tramitação do presente procedimento, que inicialmente houve o "sobrestamento" da análise dos processos de fiscalização de leiloeiro em razão da iminência de uma nova instrução normativa DREI, que foi publicada no D.O.U. em 20 de dezembro de 2019 – IN DREI 72/2019. E, em um segundo momento, o "sobrestamento" deu-se em virtude da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), diante da necessidade de adequação e migração de processamento físico para digital."*

25. Assim, concordamos com a Procuradoria da JUCESC de que, conforme a inteligência do art. 91, §2º, da IN DREI nº 72/2019, a instauração de processo administrativo interrompe a prescrição, de modo que analisaremos o mérito do recurso.

26. Adicionalmente, os leiloeiros alegam nulidade em relação a intimação, contudo, não demonstram qualquer prejuízo. Nesse ponto, importante destacar o princípio de *"pas de nullité sans grief"*, segundo o qual não há nulidade sem prejuízo, ou seja, o ato não será declarado nulo quando não causar prejuízo.

27. Importante frisar que o prejuízo e a sua aferição são fundamentais para o reconhecimento da nulidade, ou seja, não basta que o prejuízo seja apenas potencial, presumido, decorrente de inobservância de forma ou formalidade prescrita em lei; é imprescindível que seja amplamente discutido em termos concretos, devendo ser evidenciado, demonstrado, comprovado, levando em consideração as características de cada caso concreto, para que o ato irregular seja reconhecido como nulo, deixando de produzir seus efeitos e possa ser refeito.

28. Nesse contexto, para que um ato seja declarado nulo, as partes envolvidas devem arguir a irregularidade do ato e argumentativamente comprovar a existência desse prejuízo, o que não ocorre no recurso ora em comento. Ademais, verificamos que os leiloeiros apresentaram defesa conjunta e foram representados por advogado na sessão plenária.

29. No mérito, cumpre registrar que compete às Juntas Comerciais fiscalizar a profissão de leiloeiro público, bem como impor penalidades quando forem praticadas condutas incompatíveis com a

legislação. É o texto do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão:

Art. 16. São competentes para suspender, destituir e multar os leiloeiros, nos casos em que estas penas são aplicáveis:

a) as Juntas Comerciais, com recurso para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no prazo de 10 dias, nos casos de suspensão, imposição de multas e destituição, com efeito devolutivo, quando não se tratar dos casos do art. 9º e seu parágrafo.

30. Repisamos que, através do presente recurso, os recorrentes pretendem que seja revista a penalidade, no sentido de que seja revogada a pena de destituição. Por outro lado, a Procuradoria da JUCESC pretende que seja mantida a aplicação da penalidade.

31. Importante destacar que este Departamento já assentou entendimento sobre a suposta conduta de "atuação de maneira conjunta no exercício da profissão" do referido grupo de leiloeiros, no Recurso ao DREI nº 14021.130060/2022-36. Concluímos diante dos fatos narrados que não cabe interpretação ampliativa do conceito de sociedade e, por consequência não cabe aplicação da penalidade de destituição. Vejamos:

(...)

33. Diante dos fatos relatados no processo, entendemos que o grupo de Leiloeiros não integram sociedade empresária ou deixaram de exercer em nome próprio seus deveres funcionais. O mero fato de compartilharem do mesmo endereço e telefone ou trabalharem em cooperação para ampla divulgação de seus editais não infringe nenhuma norma que regulamenta a profissão da leiloaria.

34. Apenas à título de ilustração, médicos, advogados e outros profissionais compartilham seus endereços e telefones com outros colegas de profissão, com finalidades de diminuir despesas, construir uma rede de apoio e afins, embora atuam individualmente em suas funções.

35. Vejamos que o compartilhamento de espaços e recursos utilizados por profissionais autônomos e empresas de telemarketing, por exemplo, vem sendo muito utilizada com a denominação de "Coworking", que nada mais é que:

Coworking, cotrabalho, trabalho colaborativo ou trabalho cooperativo, é um modelo de trabalho que se baseia no compartilhamento de espaço e recursos de escritório, reunindo pessoas que não trabalham necessariamente para a mesma empresa ou na mesma área de atuação, podendo inclusive reunir entre os seus usuários os profissionais liberais, empreendedores e usuários independentes.

36. Nesse sentido, não concordamos com aplicação da penalidade, visto que a destituição é a pena cabível quando o leiloeiro constitui sociedade e, no caso narrado não existe nenhum registro formal na Junta Comercial ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ vinculado à esses leiloeiros.

37. Acerca do argumento de que "restou comprovado que os recorrentes atuam como verdadeira sociedade empresária, ainda que de fato", não vislumbramos provas capazes de auferir a existência de uma sociedade de fato, pois, conforme já exposto o compartilhamento de espaços físicos e/ou virtuais, bem como propostas "idênticas" realizadas por cada um dos leiloeiros em licitações, não configura uma sociedade.

38. Dessa forma, no presente caso não cabe interpretação ampliativa do conceito de sociedade e, por consequência a aplicação da penalidade de destituição ao grupo de leiloeiros, sob pena de violação ao princípio constitucional da legalidade.

(...)

44. Diante da ausência de provas que demonstram a ilegalidade de fato, não cabe a destituição ao grupo de leiloeiros.

32. Acerca do argumento de que "restou comprovado que os recorrentes atuam como verdadeira sociedade empresária, ainda que de fato", não vislumbramos provas capazes de auferir a existência de uma sociedade de fato, pois, conforme já exposto o compartilhamento de espaços físicos e/ou virtuais, bem como propostas "idênticas" realizadas por cada um dos leiloeiros em licitações, não

configura uma sociedade.

33. Dessa forma, no presente caso não cabe interpretação ampliativa do conceito de sociedade e, por consequência a aplicação da penalidade de destituição ao grupo de leiloeiros, sob pena de violação ao princípio constitucional da legalidade. Vejamos o que a IN DREI nº 52¹, art. 75, dispõe sobre a destituição de leiloeiros:

Art. 75. É proibido ao leiloeiro:

I - sob pena de destituição e consequente cancelamento de sua matrícula:

a) integrar sociedade de qualquer espécie ou denominação;

b) exercer o comércio, direta ou indiretamente, no seu ou alheio nome;

(...)

34. Note-se que a destituição é cabível quando o leiloeiro integrar sociedade ou exercer o comércio. Ocorre que, não consta nos autos a informação de que o referido grupo integrou sociedade ou exerceu comércio.

35. Assim, a denúncia de uma conduta tida como irregular deve estar revestida de tipicidade e conter todos os elementos que comprovem a materialidade dos fatos, bem como ter sido objeto de análise por parte do órgão prolator da decisão. *“No direito administrativo disciplinar, exige-se que a acusação seja certa, objetiva, circunstanciada e o fato imputado ao servidor público subsumido em um tipo legalmente previsto, decorrendo tais exigências dos princípios da legalidade e da segurança jurídica.”*²

36. Dessa forma, tem-se que a penalização requerida pela Procuradoria é juridicamente impossível diante da ausência de previsão legal, bem como pela impossibilidade de aplicar a analogia quando se trata de punição, conforme brocardo *“Nullum crimen, nulla poena sine praevia lege poenali”* – “O crime é nulo, a pena é nula sem prévia lei que o defina.”.

37. Nesse contexto, entendemos que as normas devem ser interpretadas com razoabilidade e que os órgãos de registro de empresas não devem criar exigências adicionais, desproporcionais e, que, principalmente, não encontram o devido amparo legal.

38. Nos termos da Lei da Liberdade Econômica *“interpretam-se em favor da liberdade econômica, da boa-fé e do respeito aos contratos, aos investimentos e à propriedade todas as normas de ordenação pública sobre atividades econômicas privadas.”*. Além do mais:

Art. 4º **É dever da administração pública** e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, **evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente;**

(...)

VII - introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas; (Grifamos)

39. Diante da ausência de provas que demonstram a ilegalidade de fato, não cabe a destituição ao grupo de leiloeiros.

CONCLUSÃO

40. Portanto, levando-se em conta estritamente os pedidos consignados no Recurso ao DREI, pelos recorrentes e pela Procuradoria da Junta Comercial (parágrafos 18 e 19) e, ainda, a decisão proferida

no Recurso ao DREI nº 14021.130060/2022-36, conclui-se que não cabe a penalidade de destituição do grupo de leiloeiros, em decorrência da atuação conjunta no exercício da profissão.

41. Nesse contexto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, conclui-se pelo CONHECIMENTO e PROVIMENTO do presente recurso, de modo que a decisão do Colégio de Vogais da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, merece ser reformada.

LUIZ FERNANDO ZAKAREWICZ NETO

Estagiário

MIRIAM DA SILVA ANJOS

Coordenadora

De acordo.

Adotando a fundamentação acima, e com base na competência que me foi atribuída pelo art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, DOU PROVIMENTO ao Recurso ao DREI nº 14021.130097/2022-64, para que seja reformada a decisão do Colégio de Vogais da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina que impôs aos leiloeiros **Júlio Ramos Luz, Simone Wenning, Roger Wenning, Marcus Rogério Araújo Samoel, Diorgenes Valério Jorge, Michele Pacheco da rosa Sandor, Anderson Luchtenberg e Paulo Roberto Worm** a penalidade de destituição, visto que o tema já foi objeto de análise por este Departamento e, não cabe interpretação ampliativa do conceito de sociedade e, por consequência não cabe aplicação da penalidade com base no art. 36, letra "a", inciso 2º, do Decreto nº 21.981, de 1932.

Oficie-se a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para que dê ciência às partes da presente decisão.

Publique-se.

ALFREDO GONÇALVES NASCIMENTO

Diretor Substituto

1. A Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, manteve as mesmas penalidades que constam da Instrução Normativa DREI nº 17, de 5 de dezembro de 2013, para as situações analisadas nos autos.

2. ATTOS, Mauro Roberto Gomes de. A acusação no processo administrativo disciplinar deve ser circunstanciada, objetiva, direta e ter previsão em um tipo legal. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10702/a-acusacao-no-processo-administrativo-disciplinar-deve-ser-circunstanciada-objetiva-direta-e-ter-previsao-em-um-tipo-legal>. Acesso em 14/02/2017.

Referência: Processo nº 14021.130060/2022-36. SEI nº 30200440



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Gonçalves Nascimento, Diretor(a) Substituto(a)**, em 06/03/2023, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam da Silva Anjos, Coordenador(a)**, em 06/03/2023, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **31643359** e o código CRC **AD6F1660**.

Referência: Processo nº 14021.130097/2022-64.

SEI nº 31643359